

OS LIVROS DAS NORMALISTAS: OS MANUAIS PEDAGÓGICOS NA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO BRASIL (1930-1971)

Vivian Batista da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho analisa a produção e circulação de leituras para professores, atentando para livros como Introdução ao estudo da Escola Nova (LOURENÇO FILHO, 1930), Didática mínima (GRISI, 1956) e Sumário de didática geral (MATTOS, 1964). Esses são exemplos de manuais pedagógicos, usados pelas normalistas para estudar questões relativas ao ensino. O intuito é construir a história dos manuais brasileiros, analisando 44 títulos publicados entre 1930 e 1971, ou seja, desde quando a produção desse tipo de texto feita por editoras brasileiras começou a se consolidar, até o momento em que as Escolas Normais foram substituídas pela Habilitação Específica para o Magistério (LDB N° 5692/71). O problema que mobiliza o exame proposto refere-se à organização de saberes nos manuais, buscando apreender as práticas de explicação que os seus escritores, enquanto leitores, fizeram de algumas idéias, resumindo diversas produções da literatura educacional e criando assim textos sintéticos, através dos quais eles puderam mediar o entendimento das normalistas relativamente às obras citadas e moldar as representações do ofício de ensinar.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais pedagógicos. Saberes pedagógicos. Formação docente.

THE BOOKS OF THE NORMALISTS: THE PEDAGOGICAL MANUALS IN THE HISTORY OF THE FORMATION OF TEACHERS IN BRAZIL (1930-1971)

ABSTRACT: The present research analyses the production and circulation of teacher's reading material, looking at books as an introduction to the New School study (LOURENÇO FILHO, 1930), Minimum Didactic (GRISI, 1956) and General Didactic Summary (MATOS, 1964).

¹ Dra. em Educação. Profa. do Programa de Mestrado em Educação da Universidade São Francisco. USF. Endereço: R: Alexandre R. Barbosa, 45, Centro – CEP: 13251-900 – Itatiba, SP.
E-mail: vivianbs@yahoo.com

These are examples of pedagogic manuals, used by the normalists to study matters related to teaching. The objective is to construct the history of Brazilian manuals by analyzing 44 titles published between 1930 and 1971, or since when the production of this type of text done by Brazilian publishing houses started to be consolidated until the moment when the Normal Schools were replaced by the Specific Magisterial Habilitation (LDB nº 5692/71). The problem that moves the proposed exam refers to the knowledge organization in the manuals, seeking to learn the practices of explanation of its authors, as while readers, made of some ideas, resuming a variety of educational literature production and creating synthetic texts through which they were able to mediate the understanding of the normalists relatively to the cited works and to mold the representations of the art of teaching.

KEY WORDS: Pedagogical manuals. Pedagogical knowledge. Initial teacher education.

A constituição de uma cultura escolar (JULIA, 1995; CHERVEL, 1990) e do magistério (PERRENOUD, 1993) tem mobilizado a atenção de numerosos estudiosos, nas mais diversas partes do mundo, interessados em saber como essa profissão tem sido concebida e dada a ler nos diferentes momentos e espaços. Autores como Chiosso (1992), na Itália, Nóvoa (1993), em Portugal e, no Brasil, Catani (1994) e Carvalho (1998) assinalam o fato de que uma das principais fontes estudadas para esse fim é a literatura educacional, composta por um amplo conjunto de impressos, desde obras mais reconhecidas, escritas por “grandes” pedagogos e cientistas de diversas áreas do conhecimento, passando por artigos constantes nas revistas especializadas, pelas orientações do Estado até os livros das normalistas que, ao longo do período em que foram publicados, corresponderam muitas vezes ao primeiro contato dos docentes com as questões pedagógicas. Assim, falar dos livros das normalistas significa atentar para uma modalidade específica de leituras realizadas por todos os professores, senão a grande maioria deles, quando cursaram a Escola Normal e disciplinas como a Pedagogia, a Didática, a Metodologia e a Prática de Ensino. E, como o intuito do presente artigo é justamente examinar as especificidades dos manuais pedagógicos no interior de uma bibliografia mais ampla, convém atentar inicialmente para os usos feitos desses impressos, quando eles foram usados nas aulas, ajudando os professores do curso a prepararem suas explicações e apresentando às normalistas aquilo que foi tomado como “essencial” na área.

Nessa perspectiva, há que se reconhecerem algumas proximidades entre os manuais usados pelos alunos da escola primária e aqueles usados na Escola Normal. De fato, esse tipo de impresso tem recebido dos historiadores da educação uma atenção especial, sobretudo depois da década de 1960. E os manuais usados pelas crianças são os mais estudados. Assim, é possível encontrar

trabalhos sobre livros escolares, livros de texto, livros para crianças, almanaques, cartilhas, livros de cópias, catecismos e assim por diante: ou seja, existe um universo relativamente grande de textos incluídos na categoria dos manuais, porque sistematizaram seus escritos de um modo, pode-se dizer, muito “escolar”. Daí ter sido notável certa “ambigüidade terminológica” para denominar esses textos. E, quando se atenta para as investigações acerca dos manuais para professores, o que se observa, além de um número mais restrito de investigações, é o fato de elas terem dado pouca visibilidade àquilo que difere a categoria de livros usados pelos professores da categoria de livros usados pelos alunos. Esse aspecto é destacado por Gabriela Ossenbach (2000), ao reconhecer que ambos os tipos de textos foram partes das leituras promovidas pela escola, livros sistematicamente escritos para transmitir determinados saberes, ordenando-os no interior de determinada disciplina do currículo, distribuindo-os para serem estudados em todas as aulas do ano letivo (CORREIA, 2000). Mas os manuais para professores tiveram um conteúdo específico, ensinaram a ensinar, tratando de temas ligados ao desenvolvimento infantil, às técnicas de ensino, ao papel do professor, à organização da escola e das aulas etc. Ou seja, se é verdade que tanto os manuais dos alunos quanto os dos professores podem ser considerados como produtos da *cultura escolar*, os livros das normalistas também dão a ver aspectos da constituição de um corpo de saberes profissionais docentes. (CORREIA; SILVA, 2002)

No Brasil, esse tipo de publicação apareceu nas últimas décadas do século XIX. Dentre os livros já encontrados até o momento, o mais antigo datou de 1881 e foi a terceira edição de um texto assinado por Antônio Marciano da Silva Pontes, publicado em Niterói pela Tipografia do Fluminense, com o nome *Compêndio de pedagogia* para uso dos alunos da Escola Normal. Este e outros títulos - aproximadamente quarenta editados até o início dos anos 1970 - deram conta de uma formação específica para a docência, no interior dos projetos de implantação e expansão da escola “democrática”, assim denominada por se destinar a todos, assumindo caráter público, leigo e obrigatório. O intuito de constituir um número crescente de professores diferenciou os manuais pedagógicos de outras obras que também trataram de questões ligadas ao ensino. A *Didática magna*, de Comenius (1657), por exemplo, ou o *Emílio*, de Rousseau (1752), foram obras magistrais no campo da Pedagogia, que começaram a sistematizar um corpo de doutrinas e tecnologias instrucionais sem, entretanto, corresponderem a manuais pedagógicos. A *Didática magna* vinculou-se às origens da escolarização moderna, estruturando uma espécie de *máquina de ensinar e aprender*, traduzida na famosa máxima de se ensinar tudo a todos ou na *grande Didática* de Comenius, uma distinção estabelecida em vários países

européus desde o século XVII para se pensar as questões de ensino (CAMBI, 1999), mas que, naquela altura, não foi discutida para iniciar um grande número de pessoas no magistério. Também o *Emílio* de Rousseau não pode ser considerado um manual pedagógico porque foi escrito a partir do trabalho de um preceptor com seu discípulo e não de docentes responsáveis por numerosas turmas de crianças. Posto que os manuais da Escola Normal definiram-se a partir dos usos para os quais se destinaram, a sua característica nuclear foi terem se constituído num dos únicos impressos que chegaram aos professores dos níveis mais elementares de ensino e que muitas vezes não tiveram acesso a graus mais elevados de instrução, ou seja, pessoas que limitaram sua formação ao âmbito da Escola Normal e dos concursos de ingresso na carreira docente, aptas a lecionarem no ensino primário.

Mas, se os manuais começaram a serem escritos e publicados no Brasil apenas em finais do século XIX, foi nos anos 1930 que a produção nacional começou a se desenvolver de forma mais notável (SILVA, 2001). Isso se relacionou a alguns fatores: um referente à consolidação do setor editorial no país (HALLEWELL, 1985), outro relativo à construção de uma literatura pedagógica nacional (NAGLE, 1974) e outro respeitante à progressiva expansão das Escolas Normais (TANURI, 1969, 1973, 2000). Até 1971, levando em conta o número de títulos e edições publicados, os manuais para professores já tinham se difundido de uma forma massiva, de maneira que, ao passar pela Escola Normal, os professores obrigatoriamente conheceram esse tipo de livro. Nesse momento, a modernização e expansão do setor editorial motivaram importantes transformações na materialidade desses livros, que passaram a contar com o uso de técnicas mais modernas de edição: assim, os escritos apareceram nas páginas dos livros dispensando letras pequenas, linhas muito próximas umas das outras, margens estreitas. Diferentemente, passaram a serem usadas letras maiores, gráficos, tabelas, fotos, ilustrações e capas mais coloridas: tudo isso porque se quis tornar os escritos mais atrativos e fáceis de ler, intuito que não se restringiu ao campo da formação docente, tendo sido visível também nos textos destinados à escola primária. Assim, os anos 70 marcaram a passagem dos antigos manuais escolares para os modernos livros didáticos (GATTI JR, 1998). No caso dos futuros professores, esses livros mais modernos não atenderam mais às normalistas e, sim, às alunas das chamadas Habilitações Específicas para o Magistério, criadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692, de 1971. (SILVA, 2001)

No período que aqui nos interessa - 1930 a 1971 - foram publicados títulos como: *Introdução ao estudo da Escola Nova* (LOURENÇO FILHO, 1930), *Práticas escolares* (3 volumes escritos por Antônio D'Ávila, editados entre as décadas

de 40 e 60), *Metodologia do ensino primário* (FONTOURA, 1955), *Noções de pedagogia científica* (SANTOS, 1963) e *Sumário de didática geral* (MATTOS, 1964). As referências desses e dos outros manuais da época podem ser consultadas no final do presente artigo, numa lista composta a partir do levantamento em acervos da cidade de São Paulo, que compõe, assim, um *corpus* representativo da produção nacional. Todos os que freqüentaram a Escola Normal certamente conheceram alguns desses títulos, estabelecendo com eles uma relação muito familiar e trivial. Mas, paradoxalmente, essas modalidades de uso estenderam-se a todo tipo de livro escolar, motivando um certo desinteresse por parte dos pesquisadores e até dos professores quanto à produção e circulação desse material (BATISTA, 1999). Foi comum, no decorrer do estudo dos manuais pedagógicos, encontrar ex-normalistas capazes de lembrarem com facilidade de alguns manuais pedagógicos usados em sua formação inicial. Muitas delas, quando terminaram a Escola Normal, jogaram fora seus livros. Os manuais pedagógicos estiveram longe de serem reconhecidos como “grandes” obras da educação, outra razão pela qual eles diferiram de textos como a *Didática Magna* ou o *Emílio*. E os próprios manuais sempre reconheceram isso, quando afirmaram serem apenas resumos, compêndios das principais idéias sobre educação, não contendo nada de original, com objetivos, portanto, muito mais modestos do que os de um tratado da área. No decorrer dos anos, essas publicações assumiram esse lugar na literatura educacional, dando diferentes tipos de ênfase aos seus conteúdos, passando de preocupações com as teorias úteis aos educadores a questões “mais práticas” de como proceder em sala de aula.

Para deixar mais clara essa afirmação e ilustrar como a “humilde” tarefa foi assumida pelos manuais, convém retomar algumas palavras de seus prefácios. Num primeiro momento, entre 1930 e 1946, quando o movimento da Escola Nova foi a principal temática dos livros, o famoso *Introdução ao estudo da Escola Nova* foi um “modesto livrinho, simples introdução ao assunto, como o título (indica), ao mesmo tempo em que (pretende) ser como que um plano de topografia geral, em escala reduzida, situando apenas os acidentes capitais”. Essas foram algumas palavras de Lourenço Filho no prefácio da primeira edição da obra, em 1930. Comparada com outros prefácios do manual, que atingiu 13 edições até 1979, essa apresentação marcou o início “modesto” de um livro que se tornou uma obra de referência entre os educadores. Ele foi usado não só pelas normalistas como também por escritores de outros manuais publicados posteriormente (SILVA, 2001), o seu âmbito de circulação não se restringiu ao Brasil, tendo incorporado o acervo bibliográfico do Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra. Além disso, ele foi traduzido para o francês e o espanhol. Em 2002, na sua mais recente reedição, de caráter comemorativo, sem

dúvida, o livro foi apresentado como a “Bíblia” dos educadores. E é atualmente uma obra reconhecida entre os psicólogos, incorporando a coleção Clássicos da Psicologia Brasileira, editada pelo Conselho Federal de Psicologia com diferentes editoras. Mas, note-se, a Introdução ao Estudo da Escola Nova foi um caso particular e diferenciado.

A partir de meados da década de 40, quando foi notável a crescente preocupação com os aspectos práticos e metodológicos na formação de professores, comumente os manuais assinalaram as funções de “guia”. Nesse período, Theobaldo Miranda Santos escreveu uma série de manuais que atentaram principalmente para questões mais “práticas” do magistério. Em 1948, quando publicou o seu *Prática de ensino*, o autor pretendeu - e aí vale retomar palavras do autor quando ele apresentou o manual - “iniciar os alunos dos nossos Institutos de Educação e Escolas Normais nos problemas complexos da técnica pedagógica. Para isso, utilizamos não só os ensinamentos de autores nacionais e estrangeiros, como os resultados de nossa modesta experiência didática”. Em *Metodologia do ensino primário*, o mesmo autor quis “não só atender às exigências da lei orgânica do ensino normal que fez da *Metodologia do Ensino Primário* uma das matérias básicas das nossas Escolas Normais, como também completar a série de compêndios sobre psicologia e pedagogia [...] para os candidatos ao magistério primário e secundário em nosso país”. O livro reuniu em suas páginas “os problemas da moderna metodologia pedagógica [...]. Seu único objetivo (foi) auxiliar, modestamente, aos jovens que, (naquele) momento, se prepara(ram) para a tarefa dignificante de educar as novas gerações brasileiras”. Em *Noções de prática de ensino* Santos procurou “resumir os princípios gerais que (deveriam) orientar o trabalho docente. E, no receio de que nossa experiência individual não pudesse fornecer, em quantidade e qualidade, essas normas diretoras da aprendizagem escolar, resolvemos nos valer da contribuição rica e fecunda dos maiores especialistas no assunto”.

Desenvolvendo o programa da disciplina, foram publicados entre 1947 e 1959 os manuais como *Prática do ensino primário* (QUEIRÓS et al., 1954) e *Práticas escolares - 2º volume* (D'ÁVILA, 1959). O primeiro livro consistiu num diário de atividades da professoranda, para uso nas Escolas Normais e Institutos de Educação, no qual foi desenvolvido um “sistema de questionário” originado no State Teachers College de Genesco (Nova Iorque) e no Michigan State Normal College (Michigan). “Na organização e preparação deste volume (anunciaram as autoras) nosso objetivo único foi o seguinte: elaborar um trabalho essencialmente prático, em rigorosa concordância com a cadeira a que se destin(ou)”. No segundo volume de seu *Práticas escolares*, Antônio D'Ávila afirmou tratar de “assuntos fundamentais à prática do ensino primário e ao desenvolvimento

do programa correspondente nas Escolas Normais”. Amaral Fontoura, outro escritor muito conhecido, publicou nessa época a *Pedagogia - teoria e prática* para que “o livro servisse não a um professorado ideal, mas ao professorado brasileiro, dentro da realidade brasileira e de nosso estado”. A maioria dos capítulos versou sobre “assuntos sociais nossos, de economia, administração e ensino, *mais de perto ligados à escola*, como um tecido de temas e de questões, a que a escola deve(u) dar abrigo e esclarecimento e, na medida de seus recursos, solução parcial ou total, no *interesse de ação educativa real e prática*”.

Tantos outros exemplos de representações dos próprios manuais acerca de si mesmos, ao se apresentarem às normalistas, poderiam ser aqui retomados. Não restam dúvidas de que a maior parte deles foi ilustrativa e fértil para se pensar a posição que esses livros assumiram na literatura educacional. Note-se o quanto eles se diferiram das revistas pedagógicas, dos relatórios oficiais sobre instrução, das “grandes” obras da área. Embora possa parecer demasiado descritiva, a incursão pelos prefácios dos manuais estabelece um ponto de partida para explicitar a *posição intermediária* desses livros, expressa em afirmações como: “Fazer a pedagogia descer do céu à terra.” Com essa metáfora Rafael Grisi falou de sua *Didática mínima*, publicada no decorrer dos anos 50 e 60. Da idéia de céu e de terra decorreu uma hierarquia entre os profissionais da educação: de um lado, os professores fazendo a “pedagogia da terra” no trabalho cotidiano com os alunos; de outro, os teóricos fazendo a “pedagogia dos céus”, andando “com a cabeça nas estrelas” das cátedras. A distância entre uns e outros colocou-se assim de forma intransponível. Postos num plano inferior, estiveram os “professores que, tendo tido preparação pedagógica, não puderam valer-se dela para a solução dos problemas com que se defrontaram em suas relações com os alunos e, por isso, voltaram definitivamente as costas às ‘teorias’ dos pedagogos”, que, na visão de Grisi, atentaram pouco para questões ligadas ao exercício do magistério. Buscando oferecer uma espécie de *Didática intermediária*, como ele mesmo a chamou, o escritor teve como finalidade principal orientar a prática dos futuros professores, valendo-se de estudos científicos. Nessa perspectiva, ele acabou por escrever palavras exemplares do intuito de todo um conjunto de textos amplamente usados nas Escolas Normais. De fato, os manuais pedagógicos iniciaram as normalistas no campo pedagógico, mostrando o que se teve como essencial da área: os principais conceitos, os autores mais reconhecidos, as obras mais usadas, enfim, um universo de referências a partir das quais o magistério foi dado a ler.

OS MANUAIS PEDAGÓGICOS COMO OBRAS DE *LECTORES*

Sendo assim, o presente artigo buscará explicitar um dentre outros possíveis entendimentos acerca do lugar dos livros das normalistas na literatura educacional, quando eles fizeram circular saberes sobre ensino. A interpretação aqui tecida vale-se das considerações que Pierre Bourdieu (1990) faz em seu texto “Leitura, leitores, letrados, literatura”, onde chama a atenção para a diferença entre o *lector*, aquele que segundo a tradição medieval interpreta um discurso anterior, e o *auctor*, responsável pela elaboração de uma obra original. Tal distinção é especialmente importante na análise dos manuais pedagógicos, cujos escritores apresentaram ao seu público a síntese de uma ampla literatura, produzida por diversos nomes e relacionada a diferentes ramos de estudo. Assim, os saberes dos manuais constituíram-se a partir da explicação que os seus autores, enquanto leitores, fizeram de algumas idéias. Muito provavelmente, essa interpretação direcionou o entendimento que as alunas da Escola Normal tiveram da bibliografia citada, reunida em textos aparentemente coerentes. Os manuais fizeram uma determinada apropriação das fontes que utilizaram. Os avanços da Psicologia, da Sociologia, da Filosofia, da Pedagogia, da História, entre outras áreas mencionadas, passaram de uma lógica científica (ou pelo menos esse foi o estatuto a elas delegado) para incorporarem textos atentos às contribuições desses conhecimentos para a vida escolar. Dessa forma, os manuais sempre citaram autores e títulos consagrados e os seus conteúdos, como sugere Bourdieu (1990), corresponderam a um universo de referências resultantes de diferenças e reverências, distanciamentos e atenções. Convém, então, atentar para a transposição realizada, processo no qual foram construídos saberes que orientaram o professor em suas práticas cotidianas ou, como diria Rafael Grisi, “fazer a Pedagogia ‘descer do céu à terra’” (1963, p. XIII), a partir de duas espécies de operações: primeiramente, uma relativa à adequação de informações dos vários campos (Psicologia, Sociologia) para *explicar* fatos do cotidiano escolar e um outro tipo de apropriação usada para recomendar sobre como ensinar.

É necessário, então, esclarecer que tal conceito - o de *apropriação* - aparece aqui tal como entende Roger Chartier (1990), referindo-se à liberdade ao mesmo tempo criadora e regulada dos leitores, bem como às múltiplas interpretações às quais um pensamento é suscetível. Indagamo-nos, portanto, sobre os usos que os escritores dos manuais fizeram do que leram, buscando apreender as práticas envolvidas na síntese e divulgação dos textos por eles mencionados. As referências usadas nos manuais foram numerosas e variadas: nas páginas dos manuais brasileiros publicados de 1930 a 1971, foram contabilizadas

mais de 25 mil citações a livros, autores, revistas, eventos ou experiências educacionais, áreas de saber e países citados. As menções constantes no corpo do texto, em notas de rodapé e na bibliografia dos manuais foram compostas de numerosos autores, atuantes em diversas partes do mundo (sobretudo Europa e Estados Unidos) e não só junto à Pedagogia, como também a outras áreas como a Filosofia, a Psicologia, a História, a Sociologia. Dentre os textos citados estiveram “clássicos” da educação, como foi o caso do já mencionado *Emílio* de Rousseau, leis de ensino, relatórios de instrução pública, artigos de periódicos especializados e até mesmo manuais para professores.

Não caberia aqui examinar com detalhes todo esse conjunto de referências, entretanto, talvez seja útil destacar dentre os autores aquele que foi mais mencionado, apenas para mostrar as modalidades de apropriação possíveis nos manuais. Trata-se de John Dewey, 594 vezes citado nos títulos analisados, dos quais apenas 7 dentre os 44 não fizeram menção a esse nome ou a algum de seus títulos. Entre 1930 e 1946, o seu livro *Como pensamos* foi o mais citado, considerando-se tanto o original, escrito em inglês, quanto as traduções para o francês (esta feita por Ovídio Decroly) e para o português. Já nos anos de 1947 a 1959, *Democracia e educação* passou a ser mais usado, tanto na versão norte-americana como em português. Entre 1960 e 1971, *Democracia e educação* continuou sendo a obra mais utilizada, agora mais em sua versão traduzida. No decorrer dessas traduções, a *prática de exaltar* o nome mencionado foi muito comum, fornecendo-se notas biográficas e explicações mais demoradas acerca das contribuições dos autores no campo educacional. Lourenço Filho assinalou Dewey como um dos “grandes filósofos da atualidade”, expondo que os primeiros ensaios

se deram na Escola-Laboratório da Universidade de Chicago, instalada em 1896, por John Dewey, ao tempo professor de pedagogia, nessa universidade, mais tarde professor de filosofia da educação, na Universidade de Columbia (Nova Iorque), onde hoje tem a seu cargo o departamento de filosofia geral. (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 170)

Além disso, o chamado “método de projetos” foi desenvolvido sob a sua responsabilidade e correspondeu, durante aquela época, nos Estados Unidos, “por assim dizer, o sistema nacional de ensino” (1930, p. 170). Ainda de acordo com as palavras de Lourenço Filho, a filosofia deweyana “se tem elaborado, quase sempre, em função dos problemas da educação”. Nas expressões utilizadas no manual, transpareceram os louvores e o respeito para com o profissional mencionado: “Pragmatista, *no melhor sentido da palavra*, ele não crê

no valor do pensamento desinteressado, *nem se deixa embriagar* por elocubrações metafísicas. Mas não desdenha a teoria, e o valor do pensamento”. (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 170, grifos nossos)

Em contraposição, Everardo Backheuser, em seu *Técnica da pedagogia moderna* (1934), teceu algumas críticas às concepções elaboradas por Dewey com relação aos objetivos educacionais. Segundo esse livro, o “pragmatista norte-americano” esteve certo ao afirmar que “todos possuímos uma filosofia que é o sentido mais ou menos obscuro que temos da vida”. Sobre esta transcrição, cuja fonte não foi discriminada, destacou-se o fato de haver os “bons” e os “maus” “sentidos da vida”, o que tornou indispensável para o professor a adoção de uma filosofia para se ter consciência dos motivos pelos quais se ensina (1934, p. 126). Mais adiante, Backheuser referiu-se à função da escola, ao “orientar a infância para uma sociedade melhor, para uma situação de superioridade material, mental e espiritual, e não apenas refletir e consolidar os erros sociais que a ambientam” e, com relação a esse tema, Dewey estaria enganado ao supor que a instituição seria um reflexo da vida social e não um guia, como queria o escritor do manual, que ainda alertou o leitor: “Dando ouvidos a todos, aos bons e aos maus conselheiros, a escola perde a sua missão precípua que vimos de sublinhar” (1934, p. 127). Em outras palavras, o pensamento deweyano foi o objeto de censuras porque não conferiu um direcionamento seguro aos processos educativos.

Em *Técnica da pedagogia moderna*, esse tipo de comentário recaiu sobre outros autores acusados de veicular proposições revolucionárias e “extremadas” no movimento de renovação escolar. O manual pretendeu justamente “enfrentar todos os principais problemas teóricos e práticos da Escola Nova” e apresentar esse tema num “duplo ponto de vista”: aquele dos “tradadistas a-religiosos” e a “doutrina dos mestres acatados da pedagogia católica” (BACKHEUSER, 1934, p. 14-15). Enquanto presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação, o autor defendeu a “equilibrada e sólida” filosofia cristã. Como lembra Carvalho (1998), na década de 30, o grupo dos “católicos”, formado por membros do laicato intelectual articulados a associações religiosas, começou a se organizar em oposição aos chamados “pioneiros”, entre os quais estiveram os responsáveis pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) e dirigentes da A.B.E. atuantes no governo junto a reformas educacionais. Essa foi uma disputa pelo controle ideológico e técnico da escola, estimulada com a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930), ou seja, um esforço significativo na estruturação do sistema educacional brasileiro. Os representantes da Igreja procuraram influenciar as decisões governamentais e, por meio do impresso, orientar os professores quanto à “melhor” maneira de

conceber a prática docente. Nessa perspectiva, eles incorporaram em seu discurso várias proposições do escolanovismo, mas, como ficou evidente no compêndio escrito por Backheuser, a leitura realizada dos principais expoentes do movimento, entre os quais estava John Dewey, foi feita a partir dos postulados do cristianismo.

A partir de meados do século XX, essa discussão sobre os fins da educação deu lugar a outro tipo de preocupação. Nesse momento, a atenção passou a recair predominantemente sobre as conseqüências extraídas das obras de Dewey para a determinação de métodos para o trabalho pedagógico. De fato, nessa época houve o aparecimento e proliferação de títulos acerca da Metodologia e Prática de Ensino, indicando uma maior preocupação com o espaço restrito das salas de aula. De modo geral, os livros ofereceram um conjunto de sugestões para organizar de modo racional e eficiente as atividades de ensino. Isso esteve relacionado com a implementação de doutrinas políticas em nível internacional, visando à reconstrução do mundo por meio de uma “nova” mentalidade racionalizadora. A esse respeito, Marcus Cunha (1994) lembrou os esforços em se constituir um sistema de ensino cientificamente organizado e racionalizado, mediante a adoção de meios instrucionais tidos como mais modernos. Essa foi a chamada “tradição tecnicista”, cujas raízes puderam ser identificadas a partir da década de 20, quando da propaganda do escolanovismo e de iniciativas de aplicação de conhecimentos produzidos pela ciência no meio escolar, com a racionalização das práticas pedagógicas. Sobretudo depois dos anos 50, o discurso educacional gestado no âmbito da UNESCO chamou a atenção para a necessidade de remodelar a escola por meio da utilização de recursos técnicos colocados à disposição pelos cientistas, dentre os quais estiveram os mecanismos da administração empresarial. No Brasil, especificamente, passou a ser enfatizada a necessidade de planejamento de todas as atividades escolares, feito a partir de informações sobre a realidade social, política, cultural e educacional do país. Por isso, Cunha (1994) afirma o papel decisivo exercido pelos Centros de Pesquisa do INEP (1955) ao viabilizarem o ideário racionalizador, científico e moderno, tão característico do discurso “desenvolvimentista” do governo Kubitschek. Certamente, essa tendência inspirou a tendência tecnicista da literatura educacional produzida na época e entre os manuais pedagógicos foi muito clara a preocupação em descrever, de forma objetiva, direta e concisa, um conjunto de sugestões para organizar de modo racional e eficiente as atividades escolares.

Com relação à divulgação das idéias de Dewey, é necessário assinalar inicialmente o fato de que, a partir de então, ele deixou de ser o nome mais mencionado nas páginas dos manuais. Embora esse teórico norte-americano

tenha sido o mais utilizado considerando-se todo o período aqui estudado (1930 a 1971), depois de 1946, o nome mais citado passou a ser o de Aguayo, escritor de *Didática da Escola Nova*, texto originalmente escrito em espanhol e que apareceu como a obra mais utilizada desde finais dos anos 40 até 1971. Dados os limites do presente trabalho, aqui cabe apenas lembrar o fato de Aguayo ter sido um educador cubano que atuou em cursos de formação docente e junto à reorganização das escolas populares, no sentido de imprimir a elas uma direção renovadora. No *Diccionario de pedagogia* dirigido por Luis Sarto (1972), esse autor é apresentado como uma ilustre figura contemporânea do campo educacional, devendo-se a ele a fundação de um laboratório para o estudo sobre a criança na Universidade de Havana, onde, inclusive, havia se formado pedagogo. Outra mudança relevante pode ser observada no conjunto de fontes localizadas nos manuais publicados após os anos 30: a maior presença de livros originalmente escritos para sintetizarem o “essencial” em termos de ensino e que, ao serem utilizados na bibliografia aqui estudada, tiveram o seu conteúdo reinterpretado em nome de novos interesses. Assim, os autores dos manuais pedagógicos brasileiros tornaram-se leitores de outras produções da mesma espécie, retirando delas inspiração para os seus trabalhos.

Assim, é possível notar que, ao longo do tempo, as leituras sobre a obra desse filósofo articularam-se num primeiro momento aos objetivos propostos pelo movimento de renovação escolar, passando, em seguida, a enfatizarem os modos pelos quais a obra do referido autor poderia indicar técnicas e metodologias de ensino a serem empregadas pelos professores no exercício do magistério. Como se poderia dizer, então, que os manuais pedagógicos apenas resumiram ou copiaram trechos das idéias de seus *auctores*. Se, de fato, esses livros operaram seleções de determinadas obras e deram as mesmas a ler de diferentes formas, o que esteve em jogo foram *apropriações* e não apenas *cópias* ou *ressonâncias* de determinadas idéias, para retomar expressões usadas por Catani (2000) para ilustrar outras formas de interpretar o processo de circulação de saberes no espaço profissional dos educadores, que parecem não fazer sentido quando se analisa as referências dos manuais pedagógicos. Apesar de aparente modéstia desses livros e do seu caráter de compêndios, as leituras feitas da bibliografia que citaram deram origem a formulações dos próprios manuais, caracterizando o seu lugar no conjunto da literatura educacional como um espaço específico de produção de idéias.

MANUAIS PEDAGÓGICOS ESTUDADOS: TÍTULOS, AUTORES, EDIÇÕES, LOCAIS, EDITORAS, DATAS E COLEÇÕES

1. *Didática (nas escolas primárias).*

TOLEDO, João. 1. ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1930.

2. *Introdução ao estudo da Escola Nova.*

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. 1. ed. São Paulo: Caieiras; Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930. (Biblioteca de Educação).

3. *As modernas diretrizes no ensino primário (escola ativa, do trabalho ou nova).*

VIANNA, Francisco. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1930.

4. *Escola brasileira.*

TOLEDO, João. 3. ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1932.

5. *Planos de lição: noções comuns.*

TOLEDO, João. São Paulo: Livraria Liberdade, 1934.

6. *Técnica da pedagogia moderna: teoria e prática da Escola Nova.*

BACKHEUSER, Everardo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. (Biblioteca Brasileira de Cultura).

7. *Pedagogia.*

MENEZES, Djacir. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. (Manuais Globo).

8. *Fundamentos do método: problemas metodológicos do ensino primário.*

PENTEADO JR., Onofre de Arruda. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Editora Nacional, 1938. (Atualidades Pedagógicas; Biblioteca Pedagógica Brasileira).

9. *Práticas escolares.*

D'ÁVILA, Antônio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1963. (Coleção de Ensino Normal). v. 1.

10. *Práticas escolares.*

D'ÁVILA, Antônio. 5. ed. São Paulo: Acadêmica, 1959. (Coleção de Ensino Normal). v. 2.

11. *Práticas escolares.*

D'ÁVILA, Antônio. 2. ed. São Paulo: Acadêmica, 1962. (Coleção de Ensino Normal). v. 3.

12. *Manual de pedagogia moderna (teórica e prática).*

BACKHEUSER, Everardo. 5. ed. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Livraria do Globo, 1954. (Biblioteca Vida e Educação).

13. *Como educar as crianças.*

RICARDO, Aristides. São Paulo: José Olympio, 1946. (Obras educativas).

14. *Prática de ensino: o ensino e a aprendizagem, as técnicas de ensino, os planos de ensino, a realidade do ensino, a verificação do ensino.*

SANTOS, Theobaldo Miranda. Rio de Janeiro: EDITEC, 1948.

15. *Prática do ensino primário: diário de atividades da professoranda para uso das escolas normais e institutos de educação.*

QUEIRÓS, Brisolva de Brito et al. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1954.

16. *O quadro negro e sua utilização no ensino.*

MATTOS, Luíz Alves de. 2. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1968. (Coleção Cultura para Todos).

17. *Pedagogia: teoria e prática (de acordo com o programa do Curso Normal e com as diretrizes do ensino primário).*

D'ÁVILA, Antônio. São Paulo: Editora Nacional, 1954. v. 1.

18. *Fundamentos de educação (princípios psicológicos e sociais, elementos de didática e administração escolar).*

FONTOURA, Afro do Amaral. 3. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1954. (Biblioteca Didática Brasileira).

19. *Metodologia do ensino primário (contendo a matéria dos 2° e 3° anos do Curso Normal).*

FONTOURA, Afro do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1955. (Biblioteca Didática Brasileira, série Escola Viva).

20. *Lições de pedagogia (rigorosamente de acordo com o programa oficial das escolas normais 1° ano).*

ARCHÉRO JR., Aquiles. São Paulo: Brasil Editora, 1955. (Coleção Didática Nacional).

21. *Introdução à pedagogia moderna.*

SANTOS, Theobaldo Miranda. Rio de Janeiro: A Noite, 1955. (Biblioteca do Estudante Brasileiro - Orientação Técnica do Prof. Jonas Correia - Seção VI - Cultura Pedagógica).

22. Metodologia do ensino primário (de acordo com os programas dos Institutos de Educação e das Escolas Normais).

SANTOS, Theobaldo Miranda. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1955. (Curso de psicologia e pedagogia).

23. Didática mínima.

GRISI, Rafael. 3. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1956.

24. Processologia na escola primária.

SILVA, Caio de Figueiredo. Belém; Fortaleza; Recife; Salvador; Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Curitiba; Porto Alegre, 1956. (Coleção Didática do Brasil - série "Biblioteca Pedagógica").

25. Métodos e técnicas do estudo e da cultura: ler, escrever, conversar, estudar, adquirir cultura.

SANTOS, Theobaldo Miranda. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957. (Curso de psicologia e pedagogia).

26. Compêndio de pedagogia moderna: de acordo com os programas do concurso de ingresso no magistério das escolas normais.

GONÇALVES, Romanda; BASTOS, Alcy Villela; RODRIGUES, Léa da Silva. 4. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1968. (Biblioteca Pedagógica Freitas Bastos).

27. A linguagem didática no ensino moderno.

MATTOS, Luíz Alves de. 2. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1960. (Coleção Cultura para Todos).

28. Introdução à didática geral.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1960.

29. Noções de metodologia do ensino primário - de acordo com os programas dos Institutos de Educação e das Escolas Normais.

SANTOS, Theobaldo Miranda. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1964. (Curso de psicologia e pedagogia).

30. Noções de pedagogia científica - para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia.

SANTOS, Theobaldo Miranda. São Paulo: Editora Nacional, 1963. (Curso de psicologia e pedagogia).

31. Didática geral - de acordo com os programas oficiais de 1º e 2º séries do Curso Normal das escolas do estado do Rio de Janeiro.

PENTAGNA, Romanda Gonçalves. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1964.

32. *Sumário de didática geral.*

MATTOS, Luíz Alves de. 4. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1964.

33. *Introdução à prática de ensino - 1ª série normal.*

REIS, Amadice Amaral dos et al. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1964.

34. *Metodologia e prática moderna de ensino.*

LIMA, Angelina de. São Paulo: Formar, [1964]. (Curso de orientação educacional).

35. *Didática geral.*

FONTOURA, Afro do Amaral. 8. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1965. (Biblioteca Didática Brasileira).

36. *Didática geral: para uso das faculdades de filosofia e das escolas normais.*

PENTEADO JR., Onofre de Arruda. São Paulo: Obelisco, 1965.

37. *Manual do professor primário: o professor, a escola, o aluno, os métodos, as medidas, as instalações.*

SANTOS, Theobaldo Miranda. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1962. (Curso de psicologia e pedagogia).

38. *Diretrizes de didática e educação.*

CAMPOS, Ismael de Franca. Rio de Janeiro: AGIR, 1967.

39. *Ensino: sua técnica - sua arte.*

FIGUEIREDO, Ruy Santos de. 7. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1969.

40. *Prática de ensino.*

FONTOURA, Afro do Amaral. 8. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1967. (Biblioteca Didática Brasileira / A Escola Viva).

41. *Noções de prática de ensino - de acordo com os programas dos Institutos de Educação e das Escolas Normais.*

SANTOS, Theobaldo Miranda. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958. _

42. *Noções de didática geral: para uso das escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia.*

SANTOS, Theobaldo Miranda. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967. (Curso de psicologia e pedagogia).

43. *Pedagogia e didática modernas.*

ANDRADE, Benedito de. São Paulo: Atlas, 1969.

44. *Ensinando à criança: guia para o professor primário.*

MARCOZZI, Alayde Madeira et al. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1969. (Educação primária - série Guias de ensino).

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; ALB; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 529-575.

BOURDIEU, P. *Leitura, leitores, letrados, literatura*. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano (Ed.). *Modos de ler, formas de escrever - estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CATANI, Denice Barbara. Distâncias, vizinhanças, relações - comentários sobre os estudos sócio-histórico-comparados em educação. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Ed.). *A difusão mundial da escola: alunos - professores - currículo - pedagogia*. Lisboa: Educa, 2000. p. 143-150.

CATANI, Denice Barbara. Leituras de leituras: os saberes pedagógicos e a Revista Educação (1927-1961). In: ENSAIOS sobre a produção e circulação dos saberes pedagógicos. Livre-Docência. São Paulo: FEUSP, 1994. p. 116- 155.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p.117-229, 1990.

CHIOSSO, Giorgio. *Periodici Scolastici Nell'Italia del secondo ottocento*. Bréscia: Ed. La Scuola, 1992.

CORREIA, António Carlos. *Olhar a escola através dos livros de texto para formação de professores*. São Paulo: [s. n.], 2000. Mimeo. [Apres. ao Seminário de Estudos, São Paulo, FEUSP, 2000].

CORREIA, António Carlos; SILVA, Vivian Batista. *Manuais pedagógicos: Portugal e Brasil 1930 a 1971 - produção e circulação internacional de saberes pedagógicos*. Lisboa: Educa, 2002. (Série Cadernos Prestige).

- CUNHA, Marcus Vinícius da. A dupla natureza da Escola Nova: psicologia e ciências sociais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 88, p. 64-71, fev. 1994.
- GATTI JR, Décio. Livro didático e ensino de história: dos anos sessenta aos nossos dias. 1998. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. São Paulo: EDUSP, 1985.
- JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. In: NÓVOA, Antonio; DEPAEPE, M.; JOHANNINGMEIER, E. V. (Eds.). *The colonial experience in education: historical issues and perspectives*. Paedagogica Historica. International Journal of the History of Education. Berlin, 1995. Supplementary Series - v. I, p. 353-382.
- NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- OSSENBACH, Gabriela. La investigación sobre los manuales escolares en América Latina: La contribución del proyecto Manes. *Historia de la educación: Revista Interuniversitaria*, Salamanca, n. 19, p.195-203, 2000.
- PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- SARTO, Luis Sánchez (Dir.). *Diccionario de pedagogía*. Barcelona: Editorial Labor, 1972. T. 1.
- SILVA, Vivian Batista da. História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados no “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971). 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- TANURI, Leonor Maria. Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil. 1969. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.
- TANURI, Leonor Maria. O ensino normal no estado de São Paulo (1890-1930). 1973. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Marília, 1973.

Recebido em: fev./2008

Aprovado em: abr./08